

ARTE E IDENTIDADE CULTURAL PATAXÓ HÃHÃHÃE VISTAS SOB A SITUAÇÃO TERRITORIAL EM PAU BRASIL - BA

Salma Dias Almeida Sá*

RESUMO: *Os grupos indígenas na Bahia atuam no sentido de preservar sua identidade social e cultural em uma relação com a sociedade não-índia que enfatiza a diversidade e as diversas conexões entre a cultura local indígena com a sociedade e cultura contemporânea. Dentro deste contexto, as manifestações artísticas produzidas pelos Pataxó Hãhãhãe devem ser vistas como indicadores característicos de um grupo étnico que transita entre as fronteiras do tradicional e do contemporâneo da cultura de massa. Este grupo étnico representa, através de sua arte, idéias e conceitos baseados no Costume e tradição, mas que também atendem às exigências da cultura urbana e de massa, manifestando uma rede complexa de ligações com a nossa sociedade em um diálogo e troca constantes. Estas interações e interdependências influenciam suas criações artísticas e culturais, atuando os índios como multiplicadores de conhecimentos através do trabalho de professores indígenas e lideranças locais.*

Palavras-chave: Indígena; Cultura; Identidade

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda as manifestações artísticas dos índios Pataxó Hãhãhãe, na região sul da Bahia, município de Pau Brasil, considerando e esclarecendo as relações locais e tradicionais com o contexto global da sociedade e cultura contemporâneas. Desta forma, são ampliadas as pesquisas acerca dos chamados “índios do Nordeste” (DANTAS, 1992, p. 267) através do estudo sobre a identidade e as representações deste grupo étnico em suas diversas conotações e particularidades.

O trabalho se justifica pela necessidade de se aprofundarem os estudos acerca das manifestações estéticas dos grupos indígenas que habitam o Nordeste, utilizando como amostra a sociedade Pataxó Hãhãhãe. A abordagem utilizada é a da etnopesquisa (MACEDO, 2000, p. 24), centrando-se nos recursos metodológicos da pesquisa-ação e da observação participante. Neste sentido, atentou-se para a história oral, entrevistas e registro fotográfico do repertório iconográfico, comparando as informações pré-existentes com os dados reunidos em pesquisa de campo de maneira a permitir uma atuação específica na comunidade através de propostas de soluções e alternativas para os problemas detectados na produção artística do grupo.

Com este trabalho, objetiva-se uma reflexão sobre a identidade social e cultural dos Pataxó Hãhãhãe e as políticas culturais, contribuindo para a inclusão desta comunidade na sociedade local e nacional de uma forma participativa e atuante, utilizando para tanto suas manifestações artísticas e culturais.

* Bacharel em Artes Plásticas pela Universidade Federal da Bahia. Aluna especial do Mestrado em Artes Visuais / UFBA. E-mail: salmadiass@yahoo.com.br. Orientadora: Elizabete Actis de Souza, Professora e Coordenadora do Curso de Licenciatura em Desenho e Plástica da Escola de Belas Artes – UFBA. E-mail: elizabeteactiss@hotmail.com.

ASPECTOS HISTÓRICOS

Os povos indígenas do Nordeste brasileiro sofreram uma longa e intensa história de dominação, exploração e imposição de novos padrões culturais desde o século XVI, quando o colonizador europeu chegou à costa brasileira. Esta região é marcada historicamente pela presença européia desde o início do empreendimento colonial e, passando pela penetração do interior no século XVII, teve as bases de toda sua vida econômica e cultural construída nos séculos seguintes (DANTAS, 1992, p. 211). Durante todo este período, os grupos indígenas foram vítimas de espoliação, escravização e exterminação sistemáticas, ao tempo que os aldeamentos missionários cuidavam da negação da sua vida e cultura através da prática da catequese.

Em todo o Nordeste, os índios aí situados foram obrigados a abandonarem suas comunidades a fim de serem aldeados nas Missões jesuíticas (os chamados “descimentos”), onde a reunião de índios de diferentes línguas e culturas em um mesmo local foi uma estratégia para enfraquecer sua organização social, levando à perda de sua cultura. O autoritarismo de colonos e exploradores do sertão interiorano contra os índios, os interesses econômicos do colonizador, contrário ao direito dos indígenas, e as perseguições provocadas pela projeção da própria “sombra” do europeu no índio (GAMBINI, 2000, p. 20) provocaram não poucas revoltas entre os indígenas, que, durante o período colonial, insurgiram-se e rebelaram contra os colonos, exigindo o reconhecimento às terras e às leis que lhes garantiam certos direitos sobre sua liberdade e posse das terras (DANTAS, 1992, p. 213).

Como informam fontes, desde 1610, a região compreendida entre os rios Pardo e Colônia ou Cachoeira, no sul da Bahia, já era habitada pelos grupos indígenas que, após reunidos, atendem hoje por este etnônimo, o que atesta o caráter de território de posse imemorial deste grupo (PARAÍSO, 1984, p. 75). Foram combatidos desde então e mais intensamente a partir da segunda metade do século XIX com a violência característica da ocupação da zona cacauífera na Bahia. A expansão do cacau com a introdução de um tipo mais resistente que possibilitou a expansão além dos vales dos rios tornou os combates extremamente violentos e noticiados pela imprensa, de forma que o SPI – Serviço de Proteção aos Índios – e o Governo da Bahia criaram uma reserva de 50 léguas quadradas pelo Decreto n. 4081 de 19 de setembro de 1925 e pela lei n. 1916 de 09 de agosto de 1926. Os trabalhos de medição e demarcação das terras, assim como a “pacificação” dos Pataxó e Baenã, foram delegados ao capitão Vasconcelos, Funcionário do SPI (PARAÍSO, 1994, p. 75).

Vivem sete povos indígenas hoje no PI Caramuru-Paraguaçu do sul da Bahia. Os Kamakã, Mongoyó e Botocudo, após muitas perseguições no século XIX, com a exploração econômica no sul da Bahia, foram aldeados em vários pontos ao longo dos rios Pardo e Cachoeira ou Colônia. Extremamente explorados, usados como mão-de-obra gratuita para abertura e policiamento de estradas, abertura de roças que alimentavam as tropas viajantes e como combatentes contra Pataxó e Baenã, foram coagidos de várias formas em sua história.

Os colonos, principalmente de Sergipe e do Norte da Província, ocuparam os antigos territórios destes grupos e o Governo da Bahia foi desativando os aldeamentos, expulsando suas populações para as matas.

Os Tupinikin, aldeados desde 1700 na aldeia de Olivença, tiveram sua aldeia extinta administrativamente a pedido dos coronéis do cacau, mas permaneceram no local como artesãos ou caseiros até uma rebelião em 1935, que foi esmagada, e seus líderes presos, sendo que alguns destes índios foram para a área do PI Caramuru-Paraguaçu (PARAÍSO, 1984, p. 76).

Os Kariri-Sapuyá também buscaram refúgio nesta área. Expulsos desde 1834, quando saíram da aldeia de Pedra Branca, passando por Valença, Jequié, (aldeia de Santa Rosa) e São Bento, foram levados pelo etnólogo Kurt Nimuendaju para o PI Caramuru-Paraguaçu em 1938.

Aproveitando a lentidão destes trabalhos, os fazendeiros continuaram a invadir a área para ter direito de posse garantido pela Lei n. 1916/26 para antigos ocupantes não-índios. A resistência do capitão Vasconcelos às pressões dos senhores do cacau resultou no seu afastamento, assumindo o PI Telésforo Martins Fontes, o qual continuou os trabalhos e começou a instalação definitiva do PI. Foram construídas as sedes de Caramuru, Paraguaçu, Água Branca, Serra da Bananeira, Rancho Queimado e Alegrias. Os fazendeiros não se conformaram com o tamanho das terras indígenas e então acusaram os índios de comunistas e de organizarem uma revolta com os trabalhadores da região. As tropas da Polícia Militar invadiram a reserva em 1936, havendo muitas mortes e, em 1937, as 50 léguas foram reduzidas para 36.000 hectares com um acordo entre o Estado da Bahia e o antigo SPI, que mais tarde daria lugar à FUNAI.

Paralelo à demarcação, além dos Pataxó Hãhãhãe e Baenã, que já estavam na área, os Botocudo, Kamakã, Mongoyó ou Menian, Kariri-Sapuyá e Tupinikin foram viver nesta área. Cada família recebia um lote de terra na parte sul da reserva para começar nova vida. Esta região tem como característica terras próprias para cultivar o cacau, sendo muito cobiçadas pelos fazendeiros.

O SPI implantou o sistema de arrendamentos, porém sem conseguir manter um controle administrativo, expulsando os índios. Com o tempo, por volta de 1940, os arrendatários passaram a ser proprietários através de ameaças, prática de violências, perseguições e assassinatos.

Os índios e suas famílias migraram para outros postos indígenas, principalmente o PI Pataxó de Barra Velha, município de Porto Seguro.

Os fazendeiros continuaram a exigir a extinção da Reserva e, em 1976, tornou-se mais forte, obrigando a FUNAI a realizar um levantamento sócio-econômico e demográfico da situação da reserva em um convênio com a UFBA. Após isto, o processo de decisão foi acelerado. Os fazendeiros argumentavam que estas pessoas não eram índios, eram “misturados”, “caboclos”, que a região era importante economicamente – como se o índio fosse incapaz de viabilizar projetos – e a FUNAI, depois de procurar resolver o problema das terras, propôs demarcar 12.000 ha.

Os trabalhos de demarcação não foram realizados, pois os arrendatários reagiram violentamente, e o Governo da Bahia acabou por distribuir títulos de propriedade a estes.

Em 1982, os Pataxó Hãhãhãe iniciaram a retomada de suas terras tradicionais que somam 53.400 ha, entrando a FUNAI na Justiça com uma ação de nulidade destes títulos. Nesta época, estavam confinados em 42 ha de terras. Reconquistaram cerca de 1000 ha da Fazenda São Lucas (1982); 788 ha das Fazendas Paraíso, São Sebastião Bom Jesus, Nova Vida e Nova Vida II (1997); 61 ha da Fazenda Olhos D’Água (dezembro de 1997). (PORANTIM, 2001, p. 8). Em novembro de 1999, os Pataxó Hãhãhãe retomaram as Fazendas Milagrosa, Cosme e Damião, Selva de Pedra, Boa Ventura Ribeiro, Santa Maria, Nossa Senhora do Bom Parto, Nova Esperança, Monte Alegre, Monte Alto e Nova Conquista, em um total de 2 mil 251,27 ha. No entanto, os índios só conseguiram manter Milagrosa, sendo expulsos das restantes pela PM, que atuou sem ordem judicial.

Outras tentativas de retomadas recentes aconteceram em 2001, sendo os índios expulsos com tiros. Os fazendeiros queriam que os índios se retirassem e deixassem as fazendas até o fim do levantamento fundiário, e os índios queriam permanecer na área enquanto os trabalhos eram feitos (PORANTIN, 2001, p. 8).

Todos esses conflitos, como se vê, perpassam necessariamente a questão da posse da terra, que já era habitada pelos índios conforme se vê em vários documentos históricos, mas foi invadida pelos fazendeiros a fim de servir a seus interesses econômicos.

A ARTE PATAXÓ HÁHÁHÁE NO CONTEXTO LOCAL E GLOBAL

Os índios Pataxó Hãhãhãe estabelecem diversas relações com a sociedade local e não-índia. Estas redes de comunicação vão desde o comércio de artesanato – colares, pulseiras, cerâmicas, trançados – até o intercâmbio de informações e formação de parcerias para prática de projetos e políticas culturais para essa comunidade como um todo.

Esta sociedade indígena vem enfrentando uma grande demanda por projetos que incentivem as práticas culturais e colaborem para o desenvolvimento sustentável da comunidade, de forma a permitir um maior crescimento econômico na região. Nos períodos de entressafra, entre uma colheita e outra, os Pataxó Hãhãhãe procuram comercializar o artesanato nas cidades e regiões próximas, sofrendo a influência de novos valores que alteram sua identidade cultural presente na arte, crenças e costumes, é preciso ver que estas alterações partem da própria dinâmica cultural. Embora se tenda a ver essas relações como perdas de “autenticidade”, há de se levar em conta que esses “empréstimos culturais” são parte do processo de “reelaboração cultural” comum a diversos grupos indígenas do Nordeste como colocaram Pacheco e Silva (OLIVEIRA, 1992, p. 11), (SILVA, 2002, p. 105), ainda assim eles mantêm conhecimentos e conceitos passados de uma geração a outra, em uma troca constante do índio com o não-índio.

A identidade cultural através da arte é uma questão fundamental para os Pataxó Hãhãhãe, não só para sua condição como grupo etnicamente diferenciado em relação à sociedade envolvente, mas para a própria reafirmação de hábitos culturais e de valores tradicionais frente a um mundo que os questiona e pede sua participação como parte de uma sociedade globalizada. Canclini já se perguntava como analisar manifestações que não se enquadram no culto ou no popular, mas que brotam de seus cruzamentos ou margens (CANCLINI, 1997, p. 283). Neste sentido, a arte dos Pataxó Hãhãhãe transitam entre a tradição, o costume e os fenômenos da contemporaneidade, tais como a massificação e globalização, em uma interessante diálogo que projeta novas e viáveis alternativas para o grupo. O próprio sentido de identidade desses índios está ligado a iniciativas de afirmação étnica dentro de um contexto de hibridação cultural, ou seja, de re-significações e recriações de sua cultura como grupo étnico (BARTH, 1997, p. 189) frente ao nosso mundo contemporâneo.

Os Pataxó Hãhãhãe, como outros grupos indígenas no Nordeste, vivem um processo de re-elaboração cultural, ou seja, eles recriaram, re-interpretaram e re-significaram um conjunto de práticas a fim de se reconhecerem como índios e se afirmarem como tal diante da sociedade. Buscando uma identidade artística comum à essa “mistura” com as outras etnias citadas aqui em um mesmo território, este grupo procura fortalecer seus laços comunitários a fim de criar iniciativas e práticas sociais que beneficiem o grupo como um todo. As políticas culturais e o gerenciamento de recursos da comunidade desenvolvidos pelos próprios índios podem, assim, ser alternativas de abordagem para a comunidade, a fim de que esta e suas lideranças possam ter uma gestão própria e auto-suficiência na solução de seus problemas.

CONCLUSÃO

A identidade cultural Pataxó Hãhãhãe se constitui, atualmente, em um conjunto de práticas que reforçam o sentimento de identidade do grupo e realçam as diferenças que os índios vêem em si em relação ao não-índio. As políticas culturais que podem ser empreendidas para garantir o continuísmo das práticas culturais deste grupo devem se basear em um conjunto de soluções e iniciativas que prezem a autonomia da comunidade, o respeito às tradições e costumes dos Pataxó Hãhãhãe e as perspectivas de resultados a longo prazo no sentido de incentivar a auto-gestão dos recursos humanos e naturais dos índios. Considerando os desafios impostos à

prática artística com a assimilação de materiais industriais que geram custos à produção dos artefatos, é fundamental frisar a necessidade de que o próprio grupo se represente através de lideranças locais, incentivando também o protagonismo juvenil para que os jovens possam começar um caminho a ser seguido desde cedo, em nome de uma vida mais digna e humana para este povo. Desta forma, pode ser promovido um encontro de gerações que se associem para defender interesses comuns a todos, índios e mesmo não-índios, buscando-se aqui um verdadeiro diálogo entre culturas – o que de certa forma já acontece entre esses índios, assim como entre os outros índios do Nordeste.

REFERÊNCIAS

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: PHOUTIGNAT, PH., STREIFFENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1997.

DANTAS, Beatriz, SAMPAIO et alii. Os povos indígenas no nordeste brasileiro. In CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 608 p. il.

GAMBINI, Roberto. **Espelho índio; a formação da alma brasileira**. São Paulo: Axis mundi/Terceiro nome, 200. 192 p. il.

MACEDO, Roberto Sidney. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA. 2000. 297p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta: reelaboração cultural e horizonte político os povos indígenas no nordeste** In Atlas das terras indígenas do Nordeste. Coord. Jurandyr Carvalho Ferrari Leite. Rio de Janeiro: PETI, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, 1992.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia**. Salvador: Datil. 1983.

_____. Os Pataxó Hãhãhãe do PI Caramuru-Paraguaçu. In **Índios da Bahia**, v. 1, 1998

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. In **Revista CEPAlA – Realidades afro-indígenas**. Ano 2, n. 2/3, jan/dez 2002.

PORANTIM. Brasília-DF: Novembro 2001. Ano XXIII, n. 240.